

O JORNALISMO CIENTÍFICO E AS PANDEMIAS NO CONTEXTO BRASILEIRO: AIDS E COVID-19

SCIENTIFIC JOURNALISM AND PANDEMICS IN THE BRAZILIAN CONTEXT: AIDS AND COVID-19

PERIODISMO CIENTÍFICO Y PANDEMIAS EN EL CONTEXTO BRASILEÑO: SIDA Y COVID-19

Pablo de Oliveira Lopes*

Resumo: Os primeiros casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em espanhol, ou AIDS, na sigla em inglês) foram documentados, em junho de 1981, no Estados Unidos. A imprensa não pôde manter-se indiferente à enfermidade, já que ela se tornou uma pandemia. Em dia 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, informou-se sobre os primeiros relatos de pneumonia causada por um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, denominada Covid-19, em referência ao tipo de vírus (do inglês, *Coronavirus disease*) e ao ano de início da epidemia (2019). O presente trabalho analisará como duas epidemias, a AIDS e a Covid-19, chegaram à imprensa brasileira, e serão discutidas semelhanças entre as coberturas jornalísticas de ambas.

Palavras-chave: AIDS. Covid-19. Jornalismo Científico.

Abstract: The first cases of Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS, in Spanish, or AIDS, for its acronym in English) were documented in June 1981, in the United States. The press could not remain indifferent to the disease as it became a pandemic. On December 31, 2019, in the city of Wuhan, China, the first reports of pneumonia caused by a new coronavirus, SARS-CoV-2, called Covid-19, were reported in reference to the type of virus (Coronavirus disease) and the year the epidemic began (2019). This paper will analyze how two epidemics, AIDS and Covid-19, reached the Brazilian press, and similarities between the journalistic coverage of both will be discussed.

Keywords: AIDS. COVID-19. Scientific Journalism.

Resumen: Los primeros casos de Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida (AIDS, en español, o AIDS, por sus siglas en inglés) se documentaron en junio de 1981, en Estados Unidos. La prensa no pudo permanecer indiferente ante la enfermedad que se convirtió en pandemia. El 31 de diciembre de 2019, en la ciudad de Wuhan, China, se reportaron los primeros reportes de neumonía causada por un nuevo coronavirus, SARS-CoV-2, llamado Covid-19, en referencia al tipo de virus (enfermedad por Coronavirus) y el año de inicio de la epidemia (2019). Este trabajo analizará cómo dos epidemias, el SIDA y el Covid-19, llegaron a la prensa brasileña, y se discutirán las similitudes entre la cobertura periodística de ambas.

Palabras clave: SIDA. COVID-19. Periodismo científico.

Introdução

Em junho de 1981, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos registrou os primeiros casos de uma enfermidade considerada até então desconhecida. Segundo Lopes (2019), no ano seguinte, ela recebeu o nome provisório de ‘Doença dos 5 H’, em razão de casos identificados em homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável) e prostitutas (*hookers*, em inglês). A doença foi nomeada, em definitivo, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em espanhol, ou AIDS, na sigla em inglês).

Dada a importância assumida pela doença, causadora de milhões de mortes, a imprensa não se mostrou indiferente à pandemia. Segundo Spink (2001), em 30 de outubro de 1985, o jornal francês *Le Figaro* publicava: “A AIDS é a primeira doença da mídia”, frase que comprovava a ampla cobertura dada pelos veículos de comunicação à propagação da infecção sexualmente transmissível, e evidenciava a construção de um novo fenômeno social: a AIDS-notícia. A autora acrescenta que: “de setembro de 1987 a dezembro de 1996, a Folha de São Paulo publicou 7.074 matérias que, de alguma forma, faziam referência à AIDS; ou seja, ao longo de nove anos, foi publicada uma média de duas matérias por dia.” (SPINK, 2001, p. 852).

Mais de três décadas depois, em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, informou-se sobre um grupo de casos de pneumonia de etiologia desconhecida, cujo surto foi vinculado a um mercado de frutos do mar e animais vivos. Segundo Zhu et al (2020), o agente etiológico envolvido no surto era um novo coronavírus, o SARS-Cov-2. A doença causada pelo novo coronavírus recebeu a denominação de Covid-19, em referência ao tipo de vírus (do inglês, *Coronavirus disease*) e ao ano de início da epidemia (2019).

É possível ter uma ideia da notoriedade conquistada pela Covid-19 ao verificar o aumento dos índices de audiência dos canais jornalísticos na chamada televisão por assinatura no Brasil. Texto publicado por Feltrin (2020), aponta que um dos efeitos midiáticos do coronavírus já pode ser mensurado em números: o público dos canais jornalísticos aumentou em 65% na televisão paga brasileira.

O presente trabalho analisará como duas epidemias, a AIDS e a Covid-19, chegaram à imprensa nacional, e serão discutidas semelhanças entre as coberturas jornalísticas de ambas. Serão avaliadas as narrativas sobre a AIDS, produzidas nos anos 1980, e aquelas que tratam da infecção pelo novo coronavírus, em 2020, presentes em matérias jornalísticas publicadas,

respectivamente, pelo jornal O Globo e pelo portal G1. Serão abordadas ainda as relações entre a Saúde e o Jornalismo, questionando de que forma este último contribui para a divulgação de informações de interesse público acerca do processo saúde-doença.

Divulgação científica e Jornalismo Científico

Divulgar fatos relacionados à Ciência é, de certa forma, traduzir o discurso dos especialistas para o público leigo. Sobre isso, Caldas (2010) afirma que é necessário que o discurso científico seja compreendido pela população, facilitando a participação da sociedade em debates sobre assuntos polêmicos, como energia nuclear e biotecnologia. Caldas (2010) ainda questiona se o que se pretende, de verdade, é promover a formação crítica do conhecimento; ela indaga se popularizar a Ciência é incentivar uma discussão analítica de temas relevantes ou se é mera tentativa de reproduzir o saber.

Tal reflexão também se aplica ao Jornalismo em Saúde, uma vertente do Jornalismo Científico. Entretanto, além dessa reflexão, muito se debate sobre as relações entre jornalistas e profissionais da área da Saúde. Tais relações são tidas como conflituosas, complicadas, características que dizem respeito, entre outras coisas, aos papéis que se auto atribuem médicos e jornalistas.

Sobre isso, Kucinski (2002) afirma que jornalistas procuram médicos ou autoridades de saúde para ratificar ideias e conceitos, legitimando um discurso já construído; e os profissionais de saúde, por sua vez, usam o Jornalismo para autopromoção e para fazer da comunicação um instrumento pedagógico, sem o viés crítico-informativo, o mais importante da atividade jornalística. Em tempos de fechamento de jornais, fim da publicação de revistas e fusão de redações, com jornalistas trabalhando para versões *on-line* e impressa, exige-se cada vez mais dos profissionais: que produzam material para diversas plataformas e cumpram funções variadas (escrevam, editem, fotografem).

Silveira e Sandrini (2014) discorrem sobre o que chamam de crise no Jornalismo Científico e relatam que, nos jornais, há dificuldade em rentabilizar as seções de Ciência, o que leva ao corte de pessoal e à redução da cobertura de temas vinculados ao universo científico. Diante de tal situação, perguntamos: Como são formados nossos jornalistas? Como chegam ao mercado de trabalho? Caldas et al (2005) podem nos ajudar a responder essas perguntas quando alegam que embora seja crescente o interesse pela área de divulgação científica, a maioria dos cursos de graduação em Jornalismo ainda não oferece disciplinas específicas para esta

formação; no âmbito da pós-graduação, observa-se uma concentração dos cursos no estado de São Paulo, poucas linhas de pesquisa na área e grande pulverização na bibliografia.

Vivemos tempos de aumento da quantidade de material relacionado à Ciência disponibilizado ao público na internet. De acordo com Lévy (1999), a rede mundial de computadores carrega em si um modelo dito ‘todos-todos’, que possibilita que qualquer pessoa produza e publique conteúdo na internet. A imprensa tradicional passou a dividir protagonismo com seus usuários, habilitados a produzir conteúdo para sites e blogs.

Na sociedade contemporânea, a mídia assumiu um papel vital na produção de sentidos, agregando elementos imprescindíveis às práticas discursivas cotidianas. A mídia tornou-se um meio poderoso de criar e divulgar repertórios, além de proporcionar espaços de interação e troca de ideias. De acordo com Almeida (2006), não é por obra do acaso que a saúde, entendida numa acepção mais ampla de ‘bem-estar’, esteja ocupando grande espaço nas revistas, jornais e programas de televisão.

Como produto social, a atividade jornalística retrata a sociedade da qual faz parte, suas desigualdades e suas contradições. Segundo Traquina (1996), o Jornalismo tem predileção pelas fontes oficiais e ‘autoridades’, que conferem ‘qualidade’ ao leque de fontes. Ou seja, médicos especialistas, diretores de instituições de saúde e pesquisadores estão nesse leque. A ‘qualidade’ da fonte mantém relação direta com a posição que ela ocupa na sociedade.

Ainda de acordo com o autor, uma fonte tida como ‘autoridade’ encontra mais voz dentro de uma notícia e suas opiniões reverberam mais do que aquelas emitidas por pessoas ou fontes que não ocupam posições de destaque, mas que também têm autonomia para se posicionar acerca de determinado assunto. Essas fontes que não desfrutam do status de autoridade são fundamentais, na maioria das vezes, para criar um contraponto à fala das ditas ‘autoridades’.

Metodologia

O presente ensaio é um estudo teórico e consiste numa pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, que utiliza o método de revisão narrativa. Em notícias publicadas por veículos de comunicação, analisar-se-á a concepção dos textos sobre a AIDS e a Covid-19. Serão usadas matérias jornalísticas sobre a AIDS, produzidas pelo jornal O Globo, na década de 1980, que integraram minha dissertação de mestrado, defendida em 2019. Notícias do portal G1 acerca da Covid-19, todas de 2020, também serão utilizadas.

AIDS e Covid-19 foram escolhidas devido à sua atualidade, já que a Covid-19 está na ordem do dia, e também por ser a AIDS um assunto recorrente na mídia em geral. A opção por uma pesquisa que contempla notícias publicadas na internet (portal G1 e acervo eletrônico do jornal O Globo) se explica pela importância que a rede mundial de computadores alcançou como recurso para obtenção de informação: segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), a *web* é o segundo meio de informação preferencial, tendo sido mencionado por 49% dos entrevistados. O grupo Globo é um dos maiores conglomerados de mídia brasileiros, o que confere a ele grande destaque no cenário jornalístico nacional, justificando sua presença na presente pesquisa. Além disso, matérias do jornal O Globo constituíram o corpus documental de minha dissertação de mestrado, intitulada “Jornalismo e reprodução de estereótipos: HIV/AIDS e homossexuais no Brasil na década de 1980”.

Historiadores estão aptos a compreender contextual e sociologicamente as políticas e as práticas de saúde, empregando novas metodologias, vasculhando e analisando o pretérito, mas voltando-se também para o presente, apurando o ‘agora’. Sobre isso, discorrem Mota e Marques:

[...] a chamada “história do tempo presente” tem sido, nos últimos anos, instada a ocupar esse espaço a partir de sua metodologia diante dos dilemas contemporâneos, a enfrentar o acontecimento do sofrimento humano, quer no testemunho de sujeitos que vivem situações de ruptura social como epidemias modernas, migrações forçadas, catástrofes naturais, quer para capturar a conformação de campos de conhecimento envolvendo a saúde e sua atuação na formulação de saberes e políticas, bem como na formação de profissionais. (2018, p. 15-16).

Assim, consideramos que a história do tempo presente nos serve de abordagem teórico-metodológica para compreender de que maneira a AIDS e a Covid-19 alcançaram posição de destaque na imprensa.

HIV/AIDS e Covid-19 transformados em notícia

Nos anos 1980, vivia-se um período de poucas informações sobre o HIV-AIDS. Tratava-se de uma doença nova, quase uma incógnita para a comunidade científica. O conhecimento acerca da síndrome estava em construção: sinais e sintomas, o comportamento do vírus, o paciente assintomático, o tratamento. Todas essas informações podiam mudar ao longo do tempo. Do ponto de vista sociocultural, tornaram-se mais evidentes os preconceitos contra certos grupos sociais, com destaque para os homossexuais masculinos.

A construção gradual do conhecimento e a falta de informação estão em evidência na matéria em destaque: “Heusi não punirá legistas que se negam a necropsiar os aidéticos.” (O

GLOBO, 1987, p. 09). O texto informa que os legistas do Instituto Médico Legal (IML) que se negassem a realizar a necrópsia do corpo do preso Luciano Alves Azeredo, que morreu de AIDS, não seriam punidos. A declaração foi feita por Marcos Heusi, Secretário de Polícia Civil na ocasião, e desvela como o discurso das autoridades tratava a doença e suas vítimas.

O avanço da Ciência rumo ao entendimento da enfermidade permitiu que dúvidas fossem esclarecidas e que, em tese, situações como essa não se repetissem. A falta de conhecimento e domínio sobre a doença tornava os profissionais de saúde potenciais disseminadores de estereótipos e de estigmas. Médicos e enfermeiros podiam exercer um papel ambíguo e até contraditório do ponto de vista social e ético: cuidar, apoiar, mas podendo também discriminar.

A sociedade se deparava com uma incógnita ameaçadora, que despertava dúvida e inquietação, inclusive na comunidade científica. Segundo Spink (2001), o avanço da epidemia de AIDS registrou sinais de aumento da complacência, de persistência da negação e de ressurgimento da discriminação. A mídia torna possível a divulgação das informações mais atualizadas à população e, ao mesmo tempo, atua como forte instrumento de transformação e fortalecimento de ordens morais locais.

Para Darde (2006), a imprensa brasileira desempenhou um papel fundamental na construção de sentidos sobre a AIDS no início da década de 1980. Nos Estados Unidos, os primeiros casos da doença foram diagnosticados em homossexuais masculinos, o que levou os médicos, respaldados pelos meios de comunicação, a pensar no surgimento de um ‘câncer gay’. Conforme o autor, o primeiro caso brasileiro de AIDS foi notificado oficialmente em 1982, mas a doença tornou-se ‘nacional’ após a morte do costureiro Marcos Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, de 31 anos. O fato de os primeiros casos brasileiros também terem acometido homossexuais masculinos reforçou a imagem do doente de AIDS trazida pela imprensa norte-americana. O Globo publicou matéria sobre o falecimento de Markito: “Costureiro Markito morre de ‘câncer gay’ em Nova York”. (O GLOBO, 1983, p. 21). O jornal informava que o criador da alta costura sensual e despojada, que vestia várias cantoras e atrizes brasileiras, tinha morrido, em Nova York, vítima da ‘Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida’, doença então conhecida como ‘câncer gay’, por ter acometido, inicialmente, homossexuais.

A maior parte das primeiras reportagens da mídia brasileira tinha como referência o conteúdo veiculado pelas agências norte-americanas de notícia, algo que influenciou significativamente a forma como a doença chegou ao imaginário brasileiro. Os primeiros

pacientes com AIDS no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa eram homossexuais masculinos e sobre eles incidiu o estigma da promiscuidade. Para Darde (2006), o preconceito e a intolerância eram vistos, amplamente, nos discursos conservadores empregados na construção do termo ‘aidético’, categoria única, indivisível e apartada da sociedade.

Tal palavra era usada em reportagens na década de 1980, como a publicada por O Globo em 29 de maio de 1988, de autoria de Fanny Zyglant. O vocábulo não constava do título: “Famílias rejeitam doentes com Aids”, mas era citado já no primeiro parágrafo: “À medida que os casos de Aids se multiplicam pelo País, amplia-se também a rejeição pelos aidéticos” (ZYGLANT, 1988, p. 10). O texto de O Globo acrescenta ainda que o problema se tornava mais grave, quando se verificava que, após cinco anos do surgimento dos primeiros casos da doença, o Brasil não dispunha de nenhuma política de acolhimento aos pacientes rejeitados por suas famílias.

A mídia cumpriu duas funções no que concerne à AIDS. É o que alega Spink (2001), ao afirmar que, por um lado, a imprensa anunciou o aparecimento de um novo fenômeno no campo da Patologia; e, por outro, definiu seus contornos e possibilitou a passagem das informações sobre a doença do domínio médico-científico para o registro social.

Esse papel desempenhado pela mídia também se aplica a outra doença viral, surgida 40 anos mais tarde: a Covid-19. No ano de 2020, graças à Covid-19, discussões envolvendo o HIV/AIDS e a pandemia do novo coronavírus surgiram. O HIV foi diagnosticado, inicialmente, em indivíduos da população *queer*, o que não ocorre com a Covid-19 e, para alguns, esta não se trata de uma doença estigmatizante, que tem feito as pessoas serem renegadas por suas famílias, ou serem proibidas de partilharem garfos e facas durante o jantar. Para outros, o SARS-CoV-2 não é um vírus fortemente associado a um grupo estigmatizado ou a um conjunto de grupos estigmatizados, como era o caso do HIV, no começo da pandemia.

Tais afirmações podem ser colocadas em xeque se, por exemplo, levarmos em consideração os ataques a profissionais de saúde divulgados por veículos de comunicação. Essa não seria também uma forma de se renegar e estigmatizar alguém? Mesmo considerando as diferenças entre HIV e Covid-19, que passam pelas formas de transmissão e efeitos no corpo e no organismo humanos, é possível encontrar e apontar semelhanças entre eles: “Covid-19 e HIV não são os mesmos. Mas são similares em muitos aspectos que importam. (RODRIGUEZ, 2020, sem página).

Matéria do portal G1, de 31/03/2020, aponta que profissionais de saúde foram

hostilizados em Uberlândia e dá destaque ao caso de uma enfermeira que quase foi expulsa de um ônibus: “UFU emite recomendação após profissionais de saúde dizerem ter sido hostilizados em Uberlândia” (G1, 2020, sem página). Esse é o título da notícia. Há uma associação entre a figura do profissional de saúde e o vírus. Para alguns indivíduos, o médico ou o enfermeiro personificam o microrganismo e a doença a ele relacionada, representando um perigo.

Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (2020), a Covid-19 é uma doença respiratória aguda, que causa índices de mortalidade mais altos entre idosos e pessoas com comorbidades, como doença cardiovascular, diabetes e neoplasia maligna. Esses núcleos populacionais têm sido chamados de ‘grupos de risco’ por profissionais da Saúde e do Jornalismo e a expressão usada para denominá-los aparece em matérias veiculadas na televisão, nos jornais impressos e na mídia digital.

Uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostra que mais da metade da população adulta brasileira está no grupo de risco da Covid-19. São 86 milhões de pessoas que apresentam ao menos um dos fatores que pode aumentar o risco de complicações, caso haja contaminação pelo coronavírus. (PAIXÃO, 2020, sem página).

Segundo Darde (2006) e Lopes (2019), a expressão ‘grupo de risco’ remonta a um passado não muito distante, em que se utilizou o termo para categorizar o homossexual ou a prostituta: pessoas a serem evitadas, excluídas. As implicações simbólicas do termo remetem para uma historicidade em que as imagens sociais de pessoas consideradas como ‘grupo de risco’ produziram danos, levaram a condutas nocivas e que ainda permeiam o cotidiano dos nominados e inseridos em tais grupos. A própria noção de risco colabora para que imagens negativas construam as relações sociais na medida em que impõe um juízo, um valor.

No caso do HIV/AIDS, tal terminologia fazia parte de uma classificação que tinha a intenção de alertar seus integrantes para o fato de terem maior risco de se infectarem com o novo vírus. Entretanto, tal classificação foi empregada e interpretada de maneira equivocada, como pondera Vasconcelos (2020), ao relatar que a expressão ‘grupo de risco’ passou a ser entendida, erroneamente, pela população, como grupo que apresentava risco de transmitir HIV/AIDS para outras pessoas, gerando aversão a homossexuais, que foram estigmatizados e vitimizados na imprensa.

No que diz respeito à Covid-19, a expressão ‘grupo de risco’ pode influenciar, negativamente, o comportamento e as atitudes de certos indivíduos, isto é, os que não fazem parte de tal grupo podem pensar que não ter doenças crônicas, como câncer e insuficiência cardíaca, os tornam imunes ao SARS-CoV-2. A esse respeito, Vasconcelos (2020) aponta que

uma pessoa que não integra os chamados ‘grupos de risco’ pode acreditar que não precisa seguir as orientações de prevenção contra o vírus e acabar tornando-se um disseminador da doença. Além disso, pode adoecer gravemente. Matéria jornalística publicada no Portal G1, em abril de 2021, trata justamente desse assunto. Intitulada ‘Não existe mais grupo de risco para a Covid-19: entenda por que cientistas defendem alerta amplo, sobretudo para os mais jovens’, a notícia traz a seguinte informação:

Se na primeira onda de Covid-19 os idosos eram considerados o grupo de risco, após um ano de pandemia, o perfil mudou. Um levantamento da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) mostrou que, em março, 52% das internações nas unidades de terapia intensiva foram de pessoas com até 40 anos. (GARCIA, 2021, sem página).

O texto traz justamente uma reflexão sobre o termo ‘grupo de risco’, ao afirmar que, segundo três especialistas ouvidas pelo G1, no atual cenário da pandemia no Brasil, é correto dizer que não temos mais grupos de risco para a doença, mas sim comportamento de risco. Algo que ocorreu com a pandemia da AIDS. Falou-se em ‘grupos de risco’ até a ocorrência de uma mudança no rumo da epidemia de HIV/AIDS. Como afirmam Borret et al (2021), é na década de 1980 que o conceito e a ideia de vulnerabilidade surgem, no campo da saúde, por conta da epidemia de HIV/AIDS, na tentativa de se explicar mudanças que ocorriam no perfil de pessoas afetadas pela pandemia.

Conforme Borret et al (2021), antes, predominava, no modelo biomédico, a definição de grupo e comportamento de risco: se um grupo era de risco, suas características eram identificadas e sobre as pessoas recaíam as medidas preventivas. A consequência dessa visão foi a estigmatização e o isolamento de gays, travestis, profissionais do sexo e usuários de substâncias injetáveis.

O chamado comportamento de risco responsabilizava e culpabilizava a pessoa por suas atitudes, sem levar em conta a existência de fatores sociais que influenciavam suas ações. O entendimento da definição de vulnerabilidade permitiu que se avaliasse como as dinâmicas sociais e culturais relacionam-se com questões individuais na construção de situações de fragilidade que participam do processo saúde-doença. Afinal, biológico e social andam juntos. O mesmo pode ser aplicado à Covid-19: responsabilizar indivíduos por não lavarem as mãos ou não usarem álcool em gel, sem considerar que muitos segmentos populacionais não contam com água encanada em suas residências, é não considerar que a situação socioeconômica dessas pessoas as impede de se prevenir contra a doença causada pelo coronavírus. Esquecer que moradores das periferias das grandes cidades só têm o transporte público para deslocar-se até o local de trabalho é também desconsiderar que tais indivíduos se encontram em situação de vulnerabilidade por falta de opção.

As pandemias em artigos científicos

Trabalhadoras do sexo, homens que fazem sexo com homens e mulheres transexuais constituem grupos populacionais em que a soroprevalência da infecção pelo HIV permanece alta. No cenário da pandemia da Covid-19, torna-se necessário o distanciamento social, que dificulta o acesso destas pessoas aos serviços de saúde, prejudicando, assim, o diagnóstico de novos casos e o acompanhamento dos soropositivos.

Segundo Alves et al (2021), estudos epidemiológicos demonstraram que idade avançada e comorbidades são fatores que aumentam o risco de gravidade da infecção pela Covid-19, o que pode ser aplicado para pacientes que vivem com o HIV, que possuem maior suscetibilidade ao desenvolvimento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, doenças pulmonares e cardiovasculares, se comparados com indivíduos da mesma faixa etária, não infectados pelo Vírus da Imunodeficiência Humana. Ainda de acordo com os autores, no contexto da pandemia do novo coronavírus, é preciso olhar com cautela para as os indivíduos que vivem com o HIV para analisar as consequências clínicas que a Covid-19 pode causar à saúde das pessoas vulneráveis imunologicamente.

Com base nisso, foi escrito por Alves et al um artigo intitulado ‘Consequências clínicas da COVID-19 em pessoas com HIV/AIDS: uma revisão integrativa da literatura’, cujo objetivo foi identificar as características da Covid-19 e as consequências clínicas que essa enfermidade pode acarretar às pessoas que vivem com o HIV.

Lançou-se mão da Revisão Integrativa da Literatura (RIL) como método para elaboração da pesquisa, com a justificativa de que tal metodologia permite a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos previamente levados a cabo. Alves et al (2021) afirmam que a RIL é extremamente relevante na área da Saúde e citam as etapas que compõem a Revisão Integrativa: elaboração da pergunta norteadora, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa.

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), em razão do número crescente e da complexidade de informações na área da saúde, tornou-se imprescindível, no contexto da pesquisa científica, o uso de recursos capazes de determinar etapas metodológicas mais concisas e de proporcionar aos profissionais melhor utilização das evidências obtidas em inúmeros estudos.

As mesmas autoras acrescentam que a RIL se configura como instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE). A PBE caracteriza-se por uma abordagem voltada ao cuidado clínico e ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência. Engloba, por conseguinte, a definição do problema clínico, a identificação das informações necessárias, a condução da busca de estudos na literatura e sua avaliação crítica, a identificação da aplicabilidade dos dados obtidos junto às publicações e a determinação de sua utilização na prática clínica.

Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), a PBE levou a um incremento na necessidade de produção de todos os tipos de revisões de literatura: a sistemática, a meta-análise e integrativa. Para as autoras, os dois primeiros não contemplam, por exemplo, importantes questões relacionadas aos cuidados de enfermagem e/ou ao impacto da doença ou do tratamento. A revisão integrativa, por conta de sua abordagem metodológica, permite a inclusão de métodos diversos que têm o potencial de desempenhar um importante papel na PBE.

Souza, Silva e Carvalho (2010) definem os três tipos de revisão: a meta-análise é um método que combina as evidências de múltiplos estudos primários a partir do emprego de instrumentos estatísticos, com a finalidade de aumentar a objetividade e a validade dos achados. O delineamento e as hipóteses dos estudos devem ser muito semelhantes, ou até idênticos.

A revisão sistemática é uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questão específica, com enfoque nos estudos experimentais, os chamados ensaios clínicos randomizados. Difere-se de outros métodos de revisão, pois busca superar possíveis vieses em cada uma das etapas, seguindo um método minucioso de busca e seleção de pesquisas.

Por fim, segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Mescla dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um enorme leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Após tais esclarecimentos, retomamos a pesquisa desenvolvida por Alves et al, que buscou responder a seguinte pergunta: quais as características e consequências clínicas da Covid-19 em pessoas vivendo com HIV presentes na literatura científica?

Como base de dados, os autores utilizaram as bases digitais MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), pertencente à Biblioteca Virtual em Saúde

(BVS), e a PubMed, da *United States National Library of Medicine*. Nessas bases, os descritores empregados foram: ‘Covid-19’ ou *corona virus disease* ou *sars-cov-2 and HIV patient and clinical outcomes*. Como critérios de inclusão, foram selecionados somente artigos disponíveis, integralmente, e de acesso gratuito, independente do ano ou idioma de publicação.

Segundo Alves et al, na plataforma PubMed, foram encontrados 37 artigos com base nos descritores usados, resultando em 25 artigos analisados. Já na plataforma MEDLINE, foram selecionados 18 artigos, dos quais 17 foram analisados. Assim, 42 artigos foram lidos, avaliados integralmente, e selecionados de acordo com os critérios de exclusão. 13 artigos foram excluídos por apenas tangenciarem o recorte temático proposto; 8 artigos tinham como foco principal o tratamento da Covid-19; 4 artigos possuíam o HIV como critério de exclusão; 5 artigos foram excluídos por repetição, uma vez que foram publicados em ambas as plataformas utilizadas, e 1 artigo foi excluído por ser disponibilizado apenas parcialmente de maneira gratuita.

A partir dos critérios de inclusão e exclusão, 11 artigos responderam ao problema de pesquisa. E como conclusões, Alves et al (2021), apontam que o quadro clínico apresentado pelos pacientes coinfectados por Covid-19 e HIV não demonstrou diferenças se comparado a pacientes sem HIV. Observou-se que outras comorbidades influenciaram nas consequências da evolução clínica dos pacientes, independente da coinfeção com HIV. Dessa forma, os resultados apresentaram discrepâncias, não sendo possível evidenciar o agravamento clínico da Covid-19 pela presença do HIV.

Os autores ponderam ainda que se faz necessário reconhecer os fatores limitantes do estudo. Dentre eles, citam a pequena amostragem das pesquisas e a baixa diversidade de estudos epidemiológicos analíticos acerca da população vivendo com o HIV. Portanto, concluem Alves et al, recomendam-se novos estudos, que contemplem de maneira integral o paciente com HIV, com ampla amostragem e mensuração de causa e efeito, possibilitando diferenciar, de maneira mais evidente, a influência do HIV na evolução do quadro clínico dos pacientes com coronavírus.

A despeito disso, os autores relatam que os achados demonstraram que as outras comorbidades prevaleceram nas consequências da evolução clínica dos pacientes, independente da coinfeção com o HIV. E finalizam afirmando que o estudo se torna relevante à comunidade científica por sintetizar resultados de estudos internacionais, colaborando com a discussão e

estimulando novas pesquisas que evidenciem as características e consequências clínicas da Covid-19 em pacientes com HIV.

Considerações Finais

A pesquisa científica tem se debruçado sobre a temática que envolve a Covid-19 e o HIV/AIDS, como apontou a pesquisa desenvolvida por Alves et al. Foram mais de 50 artigos identificados, o que mostra a significância do assunto e a relevância dada a ele pela comunidade científica mundial. Dada a importância que as questões relacionadas ao processo saúde - doença têm na vida das pessoas, notamos que os órgãos de imprensa já reservaram e ainda têm reservado espaço de destaque à Covid e ao HIV/AIDS.

Os veículos de comunicação influenciam costumes, ditam as pautas dos diálogos entre cidadãos e estão presentes na retórica dos atores sociais: na contemporaneidade, a mídia assumiu um papel fundamental nos processos de produção de sentidos, introduzindo transformações significativas nas práticas discursivas cotidianas.

É que observamos na cobertura jornalística que envolve a AIDS e a Covid-19: notícias inicialmente advindas do exterior serviram de base para as publicações nacionais sobre ambas as enfermidades. Duas infecções causadas por vírus, com efeitos distintos sobre o organismo humano, mas igualmente capazes de estabelecer estigmas, rótulos e estereótipos sobre determinados grupos populacionais, como homossexuais, no caso do HIV/AIDS, e profissionais de saúde e pessoas com doenças crônicas, no caso da Covid-19. O uso da expressão ‘grupo de risco’ aplicado ao noticiário que envolve as duas doenças é outra semelhança notória na cobertura jornalística.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antônio de. Prefácio. In: LUIZ, Olinda do Carmo. *Ciência e risco à saúde nos jornais diários*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Cescs, 2006. p. 11-16.

ALVES, Mayara Mayer. et al. Consequências clínicas da COVID-19 em pessoas com HIV/AIDS: uma revisão integrativa da literatura. *R. Saúde Públ. Paraná*, v. 4, n.1, p. 108 – 118, mar. 2021. Disponível em:
<http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/463/192>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BORRET, Rita Helena. et al. Vulnerabilidades, interseccionalidades e estresse de minorias. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; Lopes Junior, Ademir. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021, p. 59-71.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM. *Pesquisa brasileira de mídia: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 15, n. esp, p. 31 - 42, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583/6763>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CALDAS, Graça. et al. O desafio da formação em Jornalismo Científico. In: *COMPÓS*, XIV, 2005, Niterói. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_845.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

Costureiro Markito morre de ‘câncer gay’ em Nova York. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 de junho de 1983. Caderno Rio, p. 21. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&llwords=&anyword=costureiro+markito&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980&anoSelecionado=1983>. Acesso em: 06 maio 2018.

DARDE, Vicente William da Silva. *As vozes da AIDS na imprensa: Um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo*. 2006. (Dissertação de Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://portal.comunique-se.com.br/wp-content/uploads/2017/07/000529407.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FELTRIN, Ricardo. *Coronavírus faz disparar consumo de canais jornalísticos, diz operadora*. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/ooops/2020/03/20/coronavirus-fez-disparar-consumo-de-canais-jornalisticos-diz-operadora.htm>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GARCIA, Mariana. 'Não existe mais grupo de risco para a Covid-19': entenda por que cientistas defendem alerta amplo, sobretudo para os mais jovens. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/17/nao-existe-mais-grupo-de-risco-para-a-covid-19-entenda-por-que-cientistas-defendem-alerta-amplo-sobretudo-para-os-mais-jovens.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2021.

G1. *UFU emite recomendação após profissionais de saúde dizerem ter sido hostilizados em Uberlândia*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/03/31/ufu-emite-recomendacao-apos-profissionais-da-saude-dizerem-ter-sido-hostilizados-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2020.

HEUSI não punirá legistas que se negam a necropsiar os aidéticos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1987. Caderno Grande Rio, p. 9. Disponível em:

<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=heusi+e+legistas&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980>. Acesso em: 06 maio 2018.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalismo e saúde na era neoliberal. *Saude Soc.*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 95-103, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902002000100010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 ago. 2020.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Pablo de Oliveira. *Jornalismo e reprodução de estereótipos: HIV/AIDS e homossexuais no Brasil na década de 1980*. 2019. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2019.

MOTA, André; MARQUES, Maria Cristina da Costa. História do Tempo Presente, a Democracia Oligárquica e a Crise da Saúde no Brasil. In: _____. *História, Saúde Coletiva e Medicina*. São Paulo: Hucitec, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Orientações sobre prevenção e controle de infecção para instituições de longa permanência no contexto da COVID-19. Orientação provisória*. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51982/OPASBRACOV1920031_por.pdf?sequence=5. Acesso em: 18 ago. 2020.

PAIXÃO, André. *86 milhões de brasileiros fazem parte de algum dos grupos de risco da Covid-19, diz pesquisa*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/13/86-milhoes-de-brasileiros-fazem-parte-de-algum-dos-grupos-de-risco-da-covid-19-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RODRIGUEZ, Mathew. *Covid-19 e HIV não são os mesmos. Mas são similares em muitos aspectos que importam*. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/saude/medicina/covid-19-e-hiv-n%C3%A3o-s%C3%A3o-os-mesmos-mas-s%C3%A3o-similares-em-muitos-aspectos-que-importam/ar-BB14ABbR?li=AAggXC1&ocid=mailsignout>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SILVEIRA, Mauro César; SANDRINI, Rafaela. Divulgação científica por meio de blogs: desafios e possibilidades para jornalistas e cientistas. *Intexto*, Porto Alegre, n. 31, p. 112-124, dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41728/32202>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. *Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102 -106, jan-mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SPINK, Mary Jane. et al. A construção da AIDS-notícia. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-862, jul./ago. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mary_Spink/publication/26359601_A_construcao_da_AIDS-noticia/links/540f63d90cf2f2b29a3ddd9e.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega Editora, 1996.

VASCONCELOS, Rico. *Por que devemos parar de usar o termo grupos de risco para o coronavírus*. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/17/por-que-devemos-parar-de-usar-o-termo-grupos-de-risco-para-o-coronavirus/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ZHU, Na. et al. A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. *N Engl J Med*, v. 382, n. 8, p. 727-733, fev. 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001017>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ZYGLAND, Fanny. Famílias rejeitam doentes com Aids. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1988. Caderno O País, p. 10. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=fanny+zygland>. Acesso em: 06 maio 2018.

Recebido: 08/03/2021

Aceito: 18/07/2021

Publicado: 25/08/2021

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC; Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro. <https://orcid.org/0000-0002-6779-2263>